

ANO I - EDIÇÃO Nº 96 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Sexta-Feira, 29 de julho de 2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 596/2016

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no art. 17, inciso X, alínea "g", da Lei Complementar Estadual nº 51, combinado com o art. 58, III e arts. 66 a 76 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e considerando o disposto no ATO/PJ Nº 024/2016, de 28 de março de 2016, publicado na edição nº 12 do Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins, na data de 29 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo, sendo o primeiro na condição de titular e o segundo na condição de substituto, para o caso de impedimento e afastamento legal do titular, dos contratos elencados a seguir:

Fiscal Técnico e Administrativo	Substituto de Fiscal	ATA de SRP Nº	Objeto da ATA de SRP
Huan Carlos Borges Tavares Matrícula nº 22999	Agnel Rosa dos Santos Povoá Matrícula nº 46403	011/2016 A 024/2016	A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, visando aquisições futuras, para atendimento das demandas existentes no MPE/TO, bem como as recomendações do CNMP, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência - do Edital do Pregão Eletrônico nº 034/2015, Processo Licitatório nº 2015.0701.000273.
Agnel Rosa dos Santos Povoá Matrícula nº 46403	Huan Carlos Borges Tavares Matrícula nº 22999	026/2016 027/2016 028/2016 029/2016 030/2016	A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA - TONERES E ACESSÓRIOS, visando aquisições futuras, destinados ao atendimento das necessidades da sede da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas e das Promotorias de Justiça da Capital e do Interior do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo II do Edital do Pregão Presencial nº 011/2016, Processo Licitatório nº 2016.0701.00101.
Huan Carlos Borges Tavares Matrícula nº 22999	Agnel Rosa dos Santos Povoá Matrícula nº 46403	034/2016 035/2016	A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, visando aquisições futuras, para atendimento das demandas existentes no MPE/TO, bem como as recomendações do CNMP, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência - do Edital do Pregão Eletrônico nº 012/2016, Processo Licitatório nº 2016.0701.00166.
Agnel Rosa dos Santos Povoá Matrícula nº 46403	Huan Carlos Borges Tavares Matrícula nº 22999	038/2016 039/2016 040/2016	A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE REPOSIÇÃO PARA O LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA, visando aquisições futuras, destinados ao atendimento das necessidades da sede da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas e das Promotorias de Justiça da Capital e do Interior do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo II do Edital do Pregão Presencial nº 013/2016, Processo Licitatório nº 2016.0701.00084.

Fiscal Técnico e Administrativo	Substituto de Fiscal	Nº Contratos	Objeto do Contrato
			O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE

Jadson Martins Bispo Mat. 102710	Daniilo Carvalho da Silva Mat. nº 129415	050/2016; 051/2016; 052/2016.	EXTINTORES DE INCÊNDIO DO TIPO: GÁS CARBÔNICO (CO2), AGUA PRESSURIZADA (AP), PÓ QUÍMICO SECO (PQS); SUPORTES DE PAREDE; MANGUEIRAS PARA HIDRANTES (TIPO 2); E NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGAS E TESTES HIDROSTÁTICOS, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria Geral de Justiça, conforme discriminação prevista no Anexo II - do Edital do Pregão Presencial nº 009/2016, Processo administrativo nº 2016/0701/00148, parte integrante do presente instrumento.
Leandro Ferreira da Silva Matrícula nº 92808	Jailson Pinheiro da Silva Matrícula nº 106210	049/2016	O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, com o fim de atender as necessidades da Promotoria de Justiça de Augustinópolis, conforme discriminação prevista no item 02, linha 01, 02, 03, 05, 06, 08 e 09 da Ata de Registro de Preços nº 025/2016, oriunda do Edital do Pregão Presencial nº 008/2016, Processo administrativo nº 2015.0701.00381, parte integrante do presente instrumento.
Leandro Ferreira da Silva Matrícula nº 92808	Jailson Pinheiro da Silva Matrícula nº 106210	054/2016	O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, com o fim de atender as necessidades da sede da Promotoria de Justiça de Augustinópolis, conforme discriminação prevista no item 04, 02 e 03, da Ata de Registro de Preços nº 030/2015, oriunda do Edital do Pregão Presencial nº 014/2015, Processo administrativo nº 2014.0701.00577, parte integrante do presente instrumento.

Fiscal Técnico e Administrativo	Substituto de Fiscal	Número	Objeto do Contrato
Huan Carlos Borges Tavares Matrícula nº 22999	Agnel Rosa dos Santos Povoá Matrícula nº 46403	053/2016 ; 055/2016	O presente contrato tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, para atendimento das demandas existentes no MPE/TO, bem como as recomendações do CNMP, conforme discriminação prevista no Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 034/2015, Processo administrativo nº 2015.0701.00273, parte integrante do presente instrumento.

Art. 2º As atribuições de gestão e fiscalização deverão ser desenvolvidas obedecendo aos dispositivos do ATO/PJ Nº 024/2016, de 28 de março de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 26 de julho de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 597/2016

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 17, III, "i", e 131, § 4º da Lei Complementar Estadual nº 51, de 02 de janeiro de 2008, c/c a Resolução nº 01, de 7 de abril de 2009; Resolução CNMP nº 30, de 19 de maio de 2014; Ata da 101ª Sessão Ordinária do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins e Ato PGJ nº 005, de 02 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Indicar ao Procurador da República Regional Eleitoral, para fins de designação, os Promotores de Justiça abaixo relacionados, que atuaram perante a Justiça Eleitoral, no período especificado, durante os afastamentos dos Promotores de Justiça indicados para o biênio:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES
Corregedora-Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

Z.E.	SEDE	PROMOTOR DE JUSTIÇA ELEITORAL	PERÍODO
3ª	Porto Nacional	Vinicius de Oliveira e Silva	01/07/2016 04 a 07/07/2016
		Márcia Mirele Stefanello Valente	08/07/2016
5ª	Miracema do Tocantins	Steriane de Castro Ferreira	18 a 31/07/2016
8ª	Filadélfia	Leonardo Gouveia Olhê Blanck	01 a 19/07/2016 28 a 31/07/2016
		Pedro Jainer Passos Clarindo da Silva	20 e 27/07/2016
9ª	Tocantinópolis	Cynthia Assis de Paula	29/07/2016
10ª	Araguatins	Décio Gueirado Júnior	04 e 05/07/2016
13ª	Cristalândia e Pium	Adriano Cesar Pereira das Neves	01 a 03/07/2016
		Francisco José Pinheiro Brandes Júnior	04 a 31/07/2016
14ª	Alvorada e Figueirópolis	Gustavo Schult Júnior	05 a 08/07/2016
15ª	Formoso do Araguaia	Mateus Ribeiro dos Reis	01 a 03/07/2016
		Renata Castro Rampanelli Cisi	15/07/2016
		Gustavo Schult Júnior	04 a 14/07/2016 16 a 31/07/2016
17ª	Taguatinga e Aurora	Luiz Francisco de Oliveira	01 a 04/07/2016
18ª	Paraná e Palmeirópolis	Gustavo Schult Júnior	01 a 03/07/2016
26ª	Ponte Alta do Tocantins	Maria Cristina da Costa Vilela	01 a 03/07/2016
27ª	Wanderlândia	Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira	01/07/2016
30ª	Araguaçu	Mateus Ribeiro dos Reis	01 a 03/07/2016
		Renata Castro Rampanelli Cisi	15/07/2016
		Gustavo Schult Júnior	04 a 14/07/2016 16 a 31/07/2016
31ª	Arapoema	Juliana da Hora Almeida	01 a 31/07/2016
32ª	Goiatins	Pedro Jainer Passos Clarindo da Silva	01 a 31/07/2016
33ª	Itacajá	Rogério Rodrigo Ferreira Mota	01 a 31/07/2016
35ª	Novo Acordo	Pedro Geraldo Cunha de Aguiar	01 a 03/07/2016
		Leonardo Valério Pulis Ateniense	04 a 31/07/2016

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
DO TOCANTINS, em Palmas, 28 de julho de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão
INTERESSADA: BARTIRA SILVA QUINTEIRO

DESPACHO Nº 332/2016 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008 e Ato nº 068/2014, o pedido formulado pela Promotora de Justiça BARTIRA SILVA QUINTEIRO, para conceder-lhe 02 (dois) dias de folga, a serem usufruídos nos dias 29 de julho de 2016 e 1º de agosto de 2016, em compensação aos dias 12 e 13/07/2014 e 06 e 07/06/2015, os quais permaneceu de plantão nos termos do Ato nº 68/2014.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
DO TOCANTINS, em Palmas, 26 de julho de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2016.0701.00335
ASSUNTO: Procedimento licitatório para formação de Ata de Registro de Preços objetivando a aquisição de equipamentos de ponto de acesso de rede sem fio.
INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

DESPACHO Nº 333/2016 – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea “c”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008; devidamente cumpridos os requisitos previstos no art. 38, da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02 e no Decreto Federal nº 7.892/13, bem como nos Atos PGJ nº 014/2013, 021/2016 e nº

025/2016, consoante as manifestações favoráveis constantes no Parecer Administrativo nº 110/2016, às fls. 95/98, exarado pela Assessoria Especial Jurídica, e Parecer Técnico nº 052/2016, às fls. 99/101 emitido pela Controladoria Interna, ambas desta Instituição, AUTORIZO a abertura de procedimento licitatório para formação de Ata de Registro de Preços, objetivando a aquisição de equipamentos de ponto de acesso de rede sem fio, para atendimento das demandas existentes na sede das Promotorias de Justiça de Araguaína/TO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, sob a forma de SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 27 de julho de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2014.0701.00340

ASSUNTO: Prorrogação do prazo do Contrato nº 085/2014 – Locação de Imóvel para abrigar a Promotoria de Justiça de Augustinópolis-TO – Segundo Termo Aditivo.

DESPACHO Nº 334/2016 – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea “c”, item 7, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e em consonância com o Parecer Administrativo nº 114/2016, às fls. 395/397, emitido pela Assessoria Especial Jurídica deste Órgão, AUTORIZO a prorrogação do Contrato nº 085/2014, entre a PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA e a empresa JOSÉ VIEIRA DE MOURA – ZE BELO-ME, referente à locação de Imóvel para abrigar a Promotoria de Justiça de Augustinópolis – TO, por mais 03 (três) meses, a partir de 03 de agosto de 2016, deferindo a lavratura definitiva do Segundo Termo Aditivo ao referido Contrato, e determinando o encaminhamento dos presentes autos à Diretoria-Geral para as devidas providências.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 27 de julho de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2012.0701.000224

ASSUNTO: Alteração do objeto do contrato nº 136/2012, referente à prestação de serviço de seguro total de veículos – 4º Termo Aditivo. INTERESSADAS: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS E PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

DESPACHO Nº 335/2016 – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea “c”, item 7, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e em consonância com o Parecer Administrativo nº 115/2016, às fls. 581/583, emitido pela Assessoria Especial Jurídica deste Órgão, AUTORIZO a Alteração do contrato nº 136/2012, referente à prestação de serviço de seguro total de veículos, firmado entre a PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS e a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, objetivando a exclusão de 05 (cinco) motos da marca Honda, modelo 150JOB e a inclusão de 05 (cinco) veículos da marca VW, modelo Gol Trendline 1.6. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato originário e DEFIRO a lavratura definitiva do Quarto Termo Aditivo ao citado Contrato, bem como determino o encaminhamento dos presentes autos à Diretoria-Geral para as devidas providências.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 27 de julho de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2016.0701.00246

ASSUNTO: Homologação de Procedimento Licitatório objetivando a aquisição e instalação de condicionadores de ar, tipo split. INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

DESPACHO Nº 336/2016 – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea “c”, item 4, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de

2008, devidamente cumpridos os requisitos previstos no inciso VI do art. 38, da Lei nº 8.666/93, na Lei Federal nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 7.892/2013, bem como nos Atos PGJ nos 014/2013 e 021/2016, e considerando as manifestações favoráveis proferidas no Parecer Administrativo nº 113/2016, às fls. 399/401, oriundo da Assessoria Especial Jurídica, e no Parecer Técnico nº 053/2016, às fls. 402/405, emitido pela Controladoria Interna, ambas desta Instituição, referentes ao procedimento licitatório objetivando a formação de Ata de Registro de Preços para aquisição e instalação de condicionadores de ar, tipo split, incluindo as instalações das partes elétricas, drenos e demais serviços de estrutura e acabamentos, destinados ao atendimento das necessidades das Promotorias de Justiça da Capital e do Interior do Estado do Tocantins e da sede da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas, que ocorreu na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, sob a forma de Sistema de Registro de Preços, conforme Pregão Presencial nº 020/2016, HOMOLOGO o resultado do dito certame, no qual foi adjudicada a proposta da seguinte empresa licitante vencedora: DISMAQ COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO EIRELI-ME – itens 01, 02 e 03, em conformidade com a Ata de Abertura da Sessão Pública, acostada às fls. 380/383, do Pregão Presencial em referência, apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Proposta de Preço realinhada acostada às fls. 390/397. Determino a lavratura da respectiva Ata de Registro de Preços. Sigam-se os ulteriores termos.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 27 de julho de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2016.0701.00085

ASSUNTO: Homologação de Procedimento licitatório objetivando a contratação de empresa especializada para fornecimento de links de comunicação de dados.

INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

DESPACHO Nº 337/2016 – Na forma do art. 17, inciso IX, alínea “c”, item 4, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, devidamente cumpridos os requisitos previstos no inciso VI do art. 38, da Lei nº 8.666/93, na Lei Federal nº 10.520/02, bem como no Ato PGJ no 021/2016, e considerando as manifestações favoráveis proferidas no Parecer Administrativo nº 109/2016, fls. 752/754, oriundo da Assessoria Especial Jurídica, e no Parecer Técnico nº 054/2016, fls. 755/757, emitido pela Controladoria Interna, ambas desta Instituição, referentes ao procedimento licitatório objetivando a contratação de empresa especializada para fornecimento de links de comunicação de dados, com possibilidade de upgrade nas velocidades (aumento da velocidade) durante a execução contratual, que ocorreu na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Por Item, conforme Pregão Presencial nº 018/2016, HOMOLOGO o resultado do dito certame, no qual foram adjudicadas as propostas das seguintes empresas licitantes vencedoras: OI S/A – itens 01, 04 e 05; e SIM TELECOM LTDA - EPP – itens 02 e 03, em conformidade com a Ata de Abertura da Sessão Pública, acostada às fls. 672/675, do Pregão Presencial em referência, apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e propostas de preços realinhadas acostadas, respectivamente, às fls. 688/712 e 714/716. Sigam-se os ulteriores termos.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 27 de julho de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

23ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA n.º. 19/2016-MP/23ª PJC

INVESTIGANTE: 23ª Promotoria de Justiça da Capital.

FUNDAMENTO: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei n.º. 8.625/93; artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85; e art. 182, da Constituição Federal.

ORIGEM: Procedimento Preparatório n.º. 2011.2.29.25.0010

FATO EM APURAÇÃO: Apurar possível titulação irregular de áreas urbanas na região do Jardim Taquari, em áreas já matriculadas e definidas como local de urbanização, destinadas ao assentamento de famílias de baixa renda, em Palmas/TO.

INVESTIGADO: Instituto de Terras do Tocantins – ITERTINS; Associação do Lago Taquari Margem Direita – ALTMD e Rosinei Maria da Silva Reis

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Palmas-TO, 24 de junho de 2016.

DATA PREVISTA PARA CONCLUSÃO: 24 de junho de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA n.º. 20/2016-MP/23ª PJC

INVESTIGANTE: 23ª Promotoria de Justiça da Capital.

FUNDAMENTO: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei n.º. 8.625/93; artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85; artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º. 051/2008; art. 3º, caput, art. 182, da Constituição Federal.

ORIGEM: Procedimento Preparatório n.º. 2010.2.29.25.0101

FATO EM APURAÇÃO: Apurar condutas irregulares praticadas no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente e Habitação – SEDUMAH do Município de Palmas/TO, consistente em concessão irregular de áreas públicas para terceiros e expedição de documentos públicos em desacordo com as normas vigentes.

INVESTIGADO: Município de Palmas

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Palmas-TO, 13 de julho de 2016.

DATA PREVISTA PARA CONCLUSÃO: 13 de julho de 2017.

3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLINAS

EXTRATO DE PORTARIA INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 002/2010

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, possa apresentar documentos ou subsídios à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados:

PORTARIA N.º: 002/2010;

INVESTIGANTE: 3ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins/TO;

FUNDAMENTOS: Artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal de 1988; Artigo 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85; Artigo 25, inciso VI, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – Lei n. 8.625/1993; Artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n. 51/2008;

ORIGEM: Ofício n.º 152/2010 – 1ªPJA – Ministério Público de Araguaína/TO

FATO EM APURAÇÃO: Apurar supostas deficiências no efetivo da Polícia Militar da 3ª CIPM de Colinas do Tocantins/TO;

INVESTIGADO: Polícia Militar do Estado do Tocantins;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: 3ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins, em 27 de julho de 2016.

Colinas do Tocantins, 27 de julho de 2016.

CRISTINA SEUSER
Promotora de Justiça

7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público n.º 008/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 013/2016

INVESTIGANTE: 7.ª Promotoria de Justiça da Comarca de Gurupi-TO

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; 2º, Inciso III, §§ 6º e 7º, da Resolução n.º 23/2007, do CNMP e 4º, §§ 3º e 4º. Resolução n.º 003/2008, do CSMP.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato n.º 22/2016 – 7ª PJ Gurupi-TO

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de direito público > Ordem Urbanística

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar a existência de poluição sonora provocada por aglomeração de pessoas para ingestão de bebidas e uso de som automotivo no passeio público.

REPRESENTANTE: Marcelo Pedrosa Fonseca

REPRESENTADO: Proprietário/Possuidor do imóvel identificado como “Conveniência do Barão”, localizado na Av. Mato Grosso, entre ruas 08 e 09, centro, Gurupi.

ÁREA DE ATUAÇÃO: Meio Ambiente, Falências, Concordatas e Precatórios

DATA DA INSTAURAÇÃO: 26 de julho de 2016.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 26/07/2017

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TOCANTINÓPOLIS

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 15/2016 a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA IC nº 31/2016

INVESTIGANTE: 1ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis/TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal nº 8.625/93; artigos 6º e 8º, §1º da Lei nº 7.347/85; art.10, incisos VIII e XII, da Lei nº 8.429/92; artigo 62 da Lei Complementar Estadual nº 51/08.

ORIGEM: De ofício.

FATOS EM APURAÇÃO: Fiscalizar o fornecimento de ajuda financeira a servidora Eth da Silva Rios Sousa pelo município de Tocantinópolis, bem como a contratação da mencionada servidora pelo Estado do Tocantins, lotada na residência do Dertins de Tocantinópolis.

INVESTIGADOS: Município de Tocantinópolis/TO e Eth da Silva Rios Sousa

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Tocantinópolis/TO, 25 de julho de 2016.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ALMAS

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça Substituta oficiante,

visando a melhor apuração do fato investigado.

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO N.º 014/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Almas-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Termo de Declarações

FATO EM APURAÇÃO: irregularidades no atendimento médico do Hospital do Município de Almas-TO.

INVESTIGADO: Município de Almas

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Almas-TO, 13 de julho de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça Substituta oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO N.º 015/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Almas-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; Lei de Improbidade Administrativa

ORIGEM: Notícia de fato 040/2016

FATO EM APURAÇÃO: suposta prática de improbidade administrativa em razão da realização de descontos nas folhas de pagamento dos servidores do Município de Almas, a título de empréstimos consignados e contribuições previdenciárias, sem o devido repasse à instituição competente.

INVESTIGADO: Leonardo Sette Cintra

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Almas-TO, 14 de julho de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a

instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça Substituta oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO N.º 016/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Almas-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; Lei de Improbidade Administrativa.

ORIGEM: Notícia de Fato 062/2016.

FATO EM APURAÇÃO: supostas irregularidades no concursos público da Câmara de vereadores de Porto Alegre do Tocantins, que configurariam ato de improbidade administrativa.

INVESTIGADO: Câmara de Vereadores de Porto Alegre do Tocantins-TO

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Almas-TO, 18 de julho de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça Substituta oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO N.º 017/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Almas-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; Código de Defesa do Consumidor.

ORIGEM: Notícia de fato 061/2016

FATO EM APURAÇÃO: cobrança irregular de contribuição de iluminação pública ante a ausência de lei local, bem como pela falta de razoabilidade do critério utilizado para o cálculo da contribuição.

INVESTIGADO: Município de Almas-TO

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Almas-TO, 19 de julho de 2016.

QUEREMOS OUVIR VOCÊ!

OUVIDORIA MPE
Sugira · Denuncie · Questione

(63) 3216-7598
(63) 3216-7575

www.mpto.mp.br
ouvidoria@mpto.mp.br